

CRESCIMENTO DA ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**Paulo Baltar**

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit). Pesquisador visitante no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. *E-mail:* pbaltar@eco.unicamp.br

O desempenho da economia brasileira nos anos 2000 foi favorecido pelo prolongado *boom* internacional de *commodities*, e houve significativa melhora nos indicadores do mercado de trabalho. Não somente a exportação de *commodities*, mas também de produtos manufaturados para países que são exportadores de *commodities* acelerou o crescimento do produto interno bruto (PIB). Em pouco tempo, entretanto, o consumo e o investimento induzido pelo consumo e pela exportação se tornaram os componentes de maior expressão no crescimento da demanda efetiva.

O consumo de bens duráveis foi particularmente importante, e este consumo depende fundamentalmente da evolução do crédito. A demanda de crédito para consumo aumentou, e esta foi atendida porque o emprego e a renda do trabalho cresceram, provocando a expectativa de sua continuação, ao ocorrer com menor inflação, redução da dívida externa, acumulação de reservas internacionais e redução da dívida pública em relação ao PIB.

A ampliação do consumo foi reforçada pelo aumento do valor do salário mínimo, que afetou as menores remunerações do trabalho e os menores benefícios da seguridade social. Esse aumento de poder de compra das rendas inferiores, junto com a formalização dos contratos de trabalho, significou a incorporação de muitas famílias de baixa renda no mercado de bens duráveis de consumo.

A população economicamente ativa (PEA) ainda cresce rapidamente, mas foi mais intenso o crescimento do emprego de estabelecimento, provocando redução não somente na taxa de desemprego, mas também na proporção de jovens com trabalho não remunerado e emprego no serviço doméstico remunerado. Além disso, a continuação do intenso aumento do emprego de estabelecimento vem diminuindo a proporção de pessoas que ao se tornarem adultas abandonam ou

são expulsas do emprego assalariado sendo levadas a estabelecer um negócio por conta própria. A situação do mercado é favorável aos trabalhadores, como mostram os reajustes de salários das categorias profissionais em sua grande maioria superiores à inflação, mas a economia ainda está longe do pleno emprego, como revela o elevado número de jovens desempregados comparativamente aos que têm um emprego assalariado.

A continuidade de forte crescimento do emprego em estabelecimentos diminuiria o número de jovens desempregados, mas um mercado de trabalho favorável aos trabalhadores pode ajudar a criar condições para os jovens não demorem tanto a estabilizar o vínculo no emprego, reduzindo a rotatividade, que é muito elevada. Com menos rotatividade no emprego, haveria menos problemas no recrutamento, mesmo diante de número menor de desempregados em relação ao número de empregados.

Os estabelecimentos que contratam empregados reclamam da dificuldade para adaptar os candidatos às características dos postos de trabalho. A liberdade de ação dos empregadores para contratar e dispensar empregados levou a um regime de trabalho em que os estabelecimentos têm um número relativamente pequeno de pessoal permanente, contratando e dispensando empregados que precisam apenas temporariamente. Esses empregos temporários não têm atrativo para fixar os trabalhadores no seu entorno, o que ajudaria a adaptar as pessoas aos postos de trabalho.

O problema principal não é o mercado de trabalho, mas a continuação do crescimento do PIB, depois que a crise global atingiu o país no último trimestre de 2008. Diante da crise, foi possível realizar uma política anticíclica que se mostrou eficaz para impedir a queda da atividade econômica, mas a continuação do crescimento em ritmo vigoroso requer mais ação pública na articulação autônoma de investimentos públicos e privados.

A melhora nos termos de troca do comércio externo até o início da crise global foi importante para a maneira como o PIB cresceu. A taxa nominal de câmbio diminuiu, ajudando a reduzir a inflação, mas a alta atividade da economia elevou o preço relativo dos bens e serviços que não concorrem com a produção de outros países. Em consequência, a inflação doméstica continuou maior do que a internacional, provocando valorização da moeda nacional com implicações negativas para a parcela da produção doméstica que concorre com a de outros países. Porém, o forte aumento do consumo e do investimento induzido provocou não apenas muita importação, mas também significativo aumento da produção manufatureira doméstica, necessário para um expressivo crescimento do PIB. Não obstante, o ritmo de crescimento da produção manufatureira foi menor do que o do crescimento do PIB. Este último, por sua vez, ocorreu em ritmo menor do que o crescimento da demanda efetiva.

Sem melhora nos termos de troca do comércio externo, o crescimento vigoroso do PIB requer mais investimento e aumento da produtividade. A crise global, entretanto, provocou capacidade ociosa e acirrou a concorrência internacional. A incerteza aumentou e desestimulou o investimento na produção doméstica que concorre com a de outros países. A moeda nacional valorizada dificulta ainda mais esse tipo de investimento. No entanto, a correção do valor da moeda não poderá aumentar a inflação porque, neste caso, reduziria o poder de compra da população, repercutindo desfavoravelmente no consumo e prejudicando o próprio investimento no desenvolvimento da produção que concorre com a de outros países.

Um crescimento do PIB com maior taxa de investimento e aumento da produtividade tende a gerar proporcionalmente mais ocupações especializadas e mais bem remuneradas. Dadas as enormes diferenças de renda do trabalho que ainda existem no Brasil, o aumento da fração de ocupações especializadas e mais bem remuneradas não apenas contribuiria para acentuar o aumento da renda média, mas também tenderia a aumentar a dispersão relativa, a menos que fossem muito intensos os aumentos das remunerações de níveis baixo e intermediário e ocorresse simultaneamente uma redução na fração de ocupações mais mal remuneradas, em favor das que têm remuneração de nível intermediário.

Lograr essas mudanças na composição do emprego e nas diferenças de remuneração do trabalho, necessárias para que a média aumente tanto quanto a produtividade, mas diminuindo a dispersão relativa, é um desafio para o aperfeiçoamento da regulação do trabalho assalariado. Este aperfeiçoamento da regulação do trabalho assalariado envolveria continuar a política de valorização do salário mínimo e facilitar as condições para melhorar a organização dos assalariados, de modo a obter maiores reajustes de salário nas categorias profissionais e reduzir a enorme rotatividade do trabalho, ampliando a fração de postos em que os vínculos de emprego são mais estáveis

SUMÁRIO EXECUTIVO